

Orçamento prova: Estado está falido

LAURA FONSECA

Rejeitar o orçamento ou tentar modificá-lo é uma tarefa inútil, diz o deputado José Serra (PSDB/SP), ao comentar tentativas do PRN e do PT de influenciar na votação orçamentária para 1990, por entender que a proposta inviabiliza seus respectivos programas de governo, caso vençam as eleições. "Alguns pensam, equivocadamente, que existe gordura na proposta orçamentária, passível de ser remanejada para outras prioridades. Na verdade, o problema é não existir dinheiro. O Estado brasileiro está falido".

Para José Serra, a situação é tão catastrófica que, em 1990, vamos sentir saudades de 1989 e pensar neles como "tempos de bonança e abundância". Soando como um autêntico profeta do apocalipse, Serra afirma que o próximo ano será duríssimo, porque qualquer governo que vença precisará tomar medidas recessivas e austeras se quiser combater o mal maior: a inflação. "Ninguém deve se iludir com róseos programas de governo, a realidade será bem diferente".

Com essa tese não concordam parlamentares do PRN e do PT, às voltas com negociações para sustar as votações. Renan Calheiros (PRN/AL) é mais radical: "Em hipótese alguma podemos aceitar a proposta orçamentária do Governo Sarney, elaborada para desacreditar o próximo governo. Mais conciliador, o PT quer postergar a votação até depois das eleições, para então, negociar modificações no orçamento, com a autoridade de estar no poder, caso vença as eleições, naturalmente".

Para Bernardo Appy, assessor econômico do PT, duas grandes dificuldades permeiam a proposta orçamentária. De um lado a estrutura institucional existente, que não funciona. No poder, o PT fará um grande enxugamento da máquina burocrática, diminuindo órgãos e ministérios, demitindo funcionários fantasmas, com duplo emprego ou situação irregular, para "sobrar" dinheiro para suas prioridades sociais.

Em segundo lugar, Appy considera serem as prioridades contidas no orçamento estabelecidas através de critérios políticos, fisiológicos e até escusos, quando essas diretrizes deveriam obedecer a critérios técnicos e sociais. Ele admite ser possível a reorganização de certos créditos do orçamento, através de um entendimento entre o Executivo e o Legislativo, no decorrer do exercício de 1990, mas reconhece ser essa uma negociação muito difícil, especialmente em ano de eleições parlamentares.

Comparando as dotações orçamentárias com as propostas de governo contidas nos 13 pontos do PT, Appy aponta a reforma agrária, a educação, a saúde, ciência e tecnologia, como os mais prejudicados pela escassez de verbas. "Os valores previstos para assentamento, assistência técnica e financeira para fins de reforma agrária são ridículos, totalmente insuficientes para fazer face ao programa do PT na área, bastante ambicioso. No tocante à emissão de títulos da dívida agrária, para desapropriação de terras, o programa é menor porque se trata de um compromisso a médio prazo e não imediato".

Embora o PT ainda não tenha fechado a quantificação de seus programas de governo, por estar esperando as informações sigilosas do governo Sarney e o final das negociações com o PSDB e o PDT visando apoios partidários, as dotações para educação e saúde contidas no orçamento são nitidamente insuficientes para atingir as metas do PT.

No campo da ciência e tecnologia também é alarmante, reconhece o assessor petista, porque o partido conta com a modernização tecnológica para aumentar produtividade e melhorar salários. "Um país sério não pode destinar menos de um por cento de seu PIB para ciência e tecnologia, sob pena de ter seu desenvolvimento estagnado".

Ele admite, porém, que um exercício de reordenamento racional dos gastos públicos dificilmente pode ser feito fora do poder. "A experiência governamental é insubstituível porque a máquina esconde armadilhas invisíveis para quem está de fora. Por isso, o PT está estudando a proposta do deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) de aprovar um orçamento com gastos mínimos válido até 30 de junho próximo. Até lá, o novo governo terá tempo de elaborar um novo orçamento que então passaria a vigor entre primeiro de julho de 1990 a 30 de junho de 1991, mudando a sistemática do ano fiscal".

Para Appy, a mudança da vigência do ano fiscal traz alguns complicadores, técnicos que precisariam ser contornados. Da mesma forma, a idéia de postergar a votação do orçamento por alguns meses, ficando o governo limitado a gastar a 12ª parte, a cada mês, conforme dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) também é um processo complicado. "A terceira opção, rejeitar o orçamento como um todo, é temerária, porque poderia desorganizar a economia, num momento delicado com a transição governamental. Não vejo saída fácil para o problema".